

EDITORIAL

Somos todos testemunhas das grandes mudanças que, nos últimos trinta anos, afetam a uma parcela muito ampla da vida no planeta. Grande parte dessas mudanças decorre de uma acentuada aventura tecnológica proporcionada pela incontrolável apropriação e inovação de conhecimentos.

Saber que parte substancial disso resulta da pesquisa e que esta é um dos produtos do fazer acadêmico traz à tona a questão relativa aos públicos aos quais as pesquisas científicas respondem; seja pela atuação dos pesquisadores nas ciências definidas como duras ou naquelas afirmadas como humanas e sociais.

Sem uma reflexão maior, quase com um simples olhar de senso comum, dá para perceber que embora os pesquisadores de um ou do outro ramo tenham, pelos seus ideais acadêmicos originais, a melhora da condição humana como fim de seus esforços, chegar a este alvo exige a transposição de caminhos sobre os quais percorrem com muito maior vigor os interesses econômicos e políticos dos grupos articuladores das forças de poder e de mando.

Dentro deste espaço, claro está que não se coloca do lado dos produtores de ciência e tecnologia a capacidade de determinar onde aplicar o conhecimento, quanto aplicar na inovação, quanto extrair como lucro financeiro dos produtos a serem consumidos, para quem direcionar os produtos feitos, que benefícios efetivos serão alcançados pela humanidade, incluídos os próprios cientistas e tecnólogos, por exemplo.

Como trabalhadores do saber ou da geração de máquinas, equipamentos e organizadores da informação e de seu fluxo, todos nós, pesquisadores e gestores de conhecimento, somos também parte do arcabouço científico e tecnológico da humanidade, seja como cérebros (a condição que nos percebemos) seja como extensões das máquinas que processam e difundem o conhecimento básico ou aplicado (a condição com que os donos dos poderes nos vêem).

Sobretudo na condição de cidadãos, sobretudo na condição de financiadores da pesquisa e da tecnologia, pelo fato da nossa aceitação em comprar a ciência e sua aplicação embutidas em produtos e serviços, e como membros de nações que habitam territórios definidos e constituintes de Estado, é que nós, todos nós, temos a possibilidade de interferir nos rumos que os articuladores das forças de poder e mando pretendem impor à Sociedade, tentando extrair algum benefício palpável.

Neste momento de ampliação da intolerância política no mundo inteiro, com sérios reflexos sobre os países economicamente dependentes, é significativo que uma vez mais na história pensemos quão importante é a assunção da consciência de que em última instância a sociedade não é a apenas uma “a massa” idiota, inerme e indefesa sobre a qual se atiram todos os interesses da expropriação política e econômica dos mesmos dominadores de sempre. É importante, pelo nosso papel de sujeito social e muito mais pela nossa condição de parte existencial na natureza humana, que não nos deixemos virar objetos. Isso vem da capacidade que todos temos de resignificar as mensagens que recebemos e de sermos capazes de transformar os nossos saberes em caminho para superar as limitações do dia-a-dia. É com esta percepção de base existencial que a ética da responsabilidade nos impõe a todos pensar o conhecimento e a informação para além de meios ou instrumentos econômicos.

Neste sentido, sobre o pesquisador da Ciência da Informação recai uma responsabilidade extenuante e que o obriga a tomar como seus temas que inserem desenvolvimento e inovação tecnológica no dia-a-dia do seu pensamento e ação. Igualmente, sobre ele e com igual peso se avolumam as responsabilidades decorrentes da sensibilidade e do conhecimento das implicações que o uso inconseqüentemente humano da informação produz na piora da qualidade de vida nos países economicamente periféricos, dentre os quais se inserem mais de dois terços das nações do mundo.

Esta edição do **Encontros Bibli**, que ora vem à luz, num momento conturbado das ditas reformas previdenciária e tributária no Brasil, acompanhando uma impensável exposição de informações e números contraditórios, também se lhes apresenta num momento histórico para a pesquisa em Ciência da Informação em Santa Catarina, em face da implantação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Mestrado, na UFSC [<http://www.cin.ufsc.br/pgcin/pgcin>], cuja primeira turma iniciou-se em 11 de junho de 2003. É para esta iniciativa que desejamos seja, histórica, política e academicamente bem sucedida, que se dedica esta edição.

O presente fascículo traz quatro artigos que versam sobre um espectro muito amplo da temática abordada na Ciência da Informação, indo, de um lado, da explicitação das vantagens da aplicação e uso de um dos recursos oferecidos pelas novas tecnologias da informação e comunicação, que são as listas de discussão até o outro, aquele que trata das ações relativas à conservação física de documentos em suporte papel.

Com os melhores votos de uma proveitosa leitura e com a expectativa de poder contar com seus comentários e remessa de originais para as futuras edições deste veículo, subscrevemo-nos

Um grande abraço a todos e a todas!

Prof. Francisco das Chagas de Souza - Editor
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Disponibilizado na WWW em 19/09/2003.